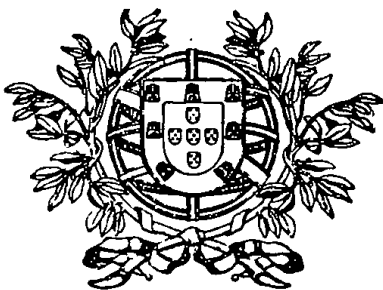


DIÁRIO DO GOVERNO



A correspondência oficial da capital e das provincias, franca de porte, bem como os periódicos que trocarem com o Diário, devem dirigir-se à Imprensa Nacional.
Anunciam-se todas as publicações literárias de que se receberem na mesma Imprensa dois exemplares com esse destino.

Assinaturas por ano 18\$000 | Anúncios, por linha 60
Ditas por semestre 10\$000 | Comunicados e correspondências, por linha 60
Número avulso, cada folha de quatro páginas 40
Em conformidade da carta de lei de 24 de Maio e regulamento de 9 de Agosto de 1902, cobrar-se hão 10 réis de selo por cada anúncio publicado no Diário do Governo

A correspondência para a assinatura do Diário do Governo deve ser dirigida à Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respeitar à publicação de anúncios será enviada à mesma Administração Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva importância.

SUMÁRIO

MINISTÉRIO DO INTERIOR:

Despachos e rectificações a despachos pela Direcção Geral da Instrução Primária, sobre movimento de pessoal.
Nota da constituição da comissão de beneficência e ensino da freguesia de Fornelo do Monte.
Rectificação ao anúncio para provimento de escolas publicado no Diário n.º 120.
Portarias de 31 de Maio, autorizando a Irmandade das Almas, de Louredo, e a Confraria do Santíssimo, de Maximinos, a aplicar parte dos seus fundos a determinadas despesas.
Declaração de ter sido em devido tempo autorizado o director geral da Assistência a celebrar, por parte do Governo, a escritura da doação de 100:000\$000 réis, a que se refere a lei de 18 de Maio.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Despachos pela Direcção Geral da Justiça, sobre movimento de pessoal.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

Balancetes de bancos e companhias.

MINISTÉRIO DA GUERRA:

Decreto de 30 de Maio, determinando que a Manutenção Militar possa importar e despachar trigo até a quantidade de 3.500:000 quilogramas.

MINISTÉRIO DA MARINHA:

Ordem da Armada n.º 8 (série B), referida a 30 de Abril.
Despacho pela Majoria General da Armada, modificando a situação dum oficial reformado.
Despachos pela Direcção Geral da Marinha, sobre movimento de pessoal.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:

Declaração de terem os Estados Unidos da América ratificado a convenção rádio-telegráfica internacional e de haver a Espanha aderido à mesma convenção.

MINISTÉRIO DO FOMENTO:

Despachos pela Direcção Geral das Obras Públicas e Minas, sobre movimento de pessoal.
Relações de pedidos de registos de patentes de invenção e modelos de fábrica.
Alvará de 27 de Abril, aprovando os estatutos do Sindicato Agrícola de Vieira, anexos ao mesmo alvará.
Portaria de 31 de Maio, autorizando a abertura à exploração duma instalação eléctrica estabelecida na vila de Góis.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS:

Despachos pela Direcção Geral das Colónias, sobre movimento de pessoal.

CONGRESSO:

Câmara dos Deputados, projectos e propostas de lei:
Declarando em vigor, temporariamente, a legislação de 1901 referente ao ensino normal primário.
Autorizando a construção duma ponte-cais em Bissau e doutra em Bolama.
Criando uma repartição de contabilidade anexa aos serviços da instrução pública.
Criando um corpo de cem professores ambulantes.
Sénado da República Portuguesa, projecto de lei determinando que os funcionários aposentados, adidos, reformados ou licenciados e os pensionistas do Estado tenham o seu domicílio no território da República.

TRIBUNAIS:

Supremo Tribunal de Justiça, tabela dos feitos que hão-de ser julgados na sessão de 4 de Junho.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS:

Câmara Municipal de Lisboa, anúncio para arrematação do serviço de iluminação eléctrica da Feira de Agosto.
Junta do Crédito Público, anúncio para arrematação de artigos de expediente; nota do sorteio de obrigações de 4 por cento de 1888 realizado em 31 de Maio; éditos para averbamento de títulos.
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, relação dos números premiados na 46.ª extracção da lotaria de 1911-1912.
Arsenal da Marinha, anúncio para arrematação de vários artigos.
Armazém Geral Agrícola de Évora, aviso acerca da anulação do warrant e conhecimento dum depósito.
Observatório do Infante D. Luís, boletim meteorológico.
Capitania do porto de Lisboa, boletim do movimento da barra.
Estação Telegráfica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

AVISOS E PUBLICAÇÕES.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS.

SUMÁRIO DOS APÊNDICES

N.º 169 — Cotação dos fundos públicos nas Bolsas de Lisboa e Porto, em 29 de Maio.
N.º 170 — Balancete do Banco de Portugal na semana finda em 22 de Maio.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral da Instrução Primária

2.ª Repartição

Para os devidos efeitos se declara que é Laura Augusta de Andrade Cardoso e não Laura Augusta de Andrade Carvalho o nome da professora da Escola Normal do Porto, que por despacho ministerial, de 24 de Maio

corrente, publicado no Diário do Governo n.º 122, passou à inactividade por noventa dias.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 30 de Maio de 1912. — Pelo Director Geral, *João Augusto Caldeira Rebolo*.

Para os devidos efeitos se publica a seguinte relação dos cidadãos que foram nomeados para constituírem a Comissão de Beneficência e Ensino da freguesia de Fornelo do Monte, concelho de Vouzela: António Rodrigues Peixe, João Loureiro Gomes, Joaquim Rodrigues do Ferreiro, José Cardoso Simões e António Francisco do Vale.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 31 de Maio de 1912. — Pelo Director Geral, *João Augusto Caldeira Rebolo*.

3.ª Repartição

Por despacho de 24 do corrente, com o visto de 28 do mesmo mês:

Amélia de Jesus Oliveira Caraça, professora primária da escola para o sexo masculino de Cortegaça, freguesia de Ventosa, concelho de Alenquer — transferida, em virtude do artigo 29.º, do Decreto de 29 de Março de 1911, para a escola do sexo feminino «Domingos José de Morais», em Cintra, círculo escolar de Torres Vedras.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 31 de Maio de 1912. — Pelo Director Geral, *João Augusto Caldeira Rebolo*.

Para os devidos efeitos se declara que é para o sexo masculino, e não mixta, a escola posta a concurso no Diário do Governo n.º 120, de 23 de corrente, na freguesia da Amendoeira, concelho de Macedo de Cavaleiros.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 31 de Maio de 1912. — Pelo Director Geral, *João Augusto Caldeira Rebolo*.

Direcção Geral de Assistência

1.ª Repartição

Atendendo ao que representou a Irmandade das Almas, erecta na freguesia de Louredo, do concelho de Vieira;

Vistas as informações oficiais:
Manda o Governo da República Portuguesa que a referida irmandade seja autorizada a levantar dos seus fundos a quantia de 1:500\$000 réis, a fim de a aplicar na construção do cemitério paroquial da mesma freguesia.
Paços do Governo da República, em 31 de Maio de 1912. — O Ministro do Interior, *Silvestre Falcão*.

Atendendo ao que representou a Confraria do Santíssimo Sacramento da freguesia de S. Pedro de Maximinos da cidade de Braga;

Vistas as informações oficiais:
Manda o Governo da República Portuguesa que a mesma Confraria seja autorizada a levantar dos seus fundos até a quantia de 400\$000 réis, para pagamento da contribuição de registo por título gratuito e outras despesas a que aquela corporação tem de fazer face como herdaira que foi de João da Silva Rocha, devendo repor no respectivo cofre a aludida quantia, nos termos consignados pela Confraria na sua representação.
Paços do Governo da República, em 31 de Maio de 1912. — O Ministro do Interior, *Silvestre Falcão*.

Para os efeitos legais se faz público que em devido tempo foi autorizado o director geral da Assistência, Dr. Augusto Baeta das Neves Barreto, a celebrar, por parte do Governo, a competente escritura da doação de 100:000\$000 réis, a que se refere a lei de 18 do mês corrente, nos termos e para os efeitos consignados na mesma lei.

Direcção Geral da Assistência, em 31 de Maio de 1912. — Pelo Director Geral, *Alvaro Possolo*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção Geral de Justiça

1.ª Repartição

Despachos effectuados nas seguintes datas

Maio 30

Bacharel Gustavo Teixeira Dias — nomeado ajudante do notário de Penafiel, bacharel Joaquim Teles de Menezes Vieira de Meireles.

Guilherme Augusto Leite de Macedo — nomeado ajudante do notário de Valença, Vergílio Mário Sobral. Bacharel Paulino Joaquim Couceiro Leitão — nomeado ajudante do notário de Leiria, bacharel José Pedro Dias Júnior.

José Augusto Pereira Correia — nomeado ajudante do escrivão substituto da comarca da Guarda, Eduardo Ferreira.

Bacharel Amândio Pinto Garção — nomeado ajudante do notário da comarca de Valença, Alvaro de Brito e Rocha de Aguiar.

Licenças de que tem de ser pagos os respectivos emolumentos:

Maio 30

Bacharel Francisco Soares de Albergaria, juiz de direito da comarca de Viseu — trinta dias por motivo de doença.

Bacharel José Maria Lopes da Silveira e Castro, juiz de direito da comarca de Tomar — sessenta dias, por motivo de doença.

Bacharel Henrique Vieira de Vasconcelos, delegado do Procurador da República na 4.ª vara da comarca de Lisboa — autorizado a gozar vinte e um dias de licença anterior e nova licença de trinta dias, por motivo de doença. (Podendo ser gozadas fora do país).

Licenças de que foram pagos os respectivos emolumentos:

Maio 18

Bacharel José Bento da Rocha e Melo, conservador do registo predial na 3.ª conservatória de Lisboa — trinta dias.

Maio 30

Bacharel António Augusto Gomes de Almendra, juiz de direito da comarca de Mirandela — autorizado a gozar treze dias de licença anterior.

Bacharel Francisco José de Sousa Cintra, conservador do registo predial na comarca de Lagos — autorizado a gozar quinze dias de licença anterior.

Justino José Rodrigues Loureiro, escrivão-notário na comarca de Paredes de Coura — autorizado a gozar cinco dias de licença anterior, e, por motivo de doença grave, nova licença de noventa dias, que podem ser gozados fora do país.

Direcção Geral da Justiça, em 31 de Maio de 1912. — O Director Geral, *Germano Martins*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Estatística e Fiscalização das Sociedades Anónimas

Repartição da Fiscalização das Sociedades Anónimas

BANCO DA COVILHÃ

(Sociedade anónima de responsabilidade limitada)

Capital 8.000:000\$000 réis

1.ª emissão 750:000\$000 réis, dividida em 7:500 ações de 100\$000 réis cada uma

Resumo do balanço em 30 de Junho de 1911

ACTIVO	
Caixa — dinheiro em cofre	5:545\$576
Ações próprias existentes em carteira antes da promulgação do decreto de 11 de Julho de 1894	297:400\$000
Letras (sobre o país) descontadas e transferências	287:693\$508
Letras a receber	6:023\$280
Letras caucionadas	17:439\$030
Empréstimos e contas correntes com caução	88:988\$109
Efeitos depositados	31:000\$000
Agências e correspondências	1:746\$355
Devedores gerais	6:402\$244
Valores em liquidação	119:146\$672
Edifício do Banco	4:600\$000
Contas interinas	256\$450
	<hr/>
	866:241\$224
PASSIVO	
Capital — 1.ª emissão	750:000\$000
Fundo de reserva	54:623\$116
Reserva para liquidações	14:694\$039
Dividendos a pagar	338\$500
Credores de efeitos depositados	31:000\$000
Credores gerais	8:967\$962
Ganhos e perdas	6:617\$607
	<hr/>
	866:241\$224

Covilhã, em 1 de Julho de 1911. — Os Directores, *J. de Pina Calado* — *José Nepomuceno Fernandes Brás*. — O Guarda-livros, *Acrinio de Aguiar*.

Está conforme o duplicado que fica arquivado nesta Repartição da Fiscalização das Sociedades Anónimas, em 13 de Maio de 1912. — Servindo de Inspector Geral, *J. de Campos Pereira*.